

FACTORES POLÍTICOS RELEVANTES NA EUROPA

□ **Ao longo do ano serão realizados importantes actos eleitorais na Europa que, para além do seu significado político, com repercussão evidente no projecto europeu, estão rodeados de grande incerteza e são factores potenciadores de turbulência nos mercados financeiros. No dia 15 de Março decorreram as eleições legislativas na Holanda, que estavam rodeadas de alguma preocupação pela previsível ascensão de partidos e movimentos de cariz mais radical e anti-União Europeia (ou de rejeição do actual modelo que suporta a UE). Acabou por ganhar o partido do actual PM Mark Rutte e ficaram bem colocadas outras forças pró-europeias, embora o partido de cariz mais radical, de Geert Wilders, tenha ganho maior representatividade parlamentar. A expressiva dispersão dos votos é um dos aspectos que poderá criar dificuldade na formação de um governo com suporte político estável e duradouro. Mas, passado este obstáculo, surge outro de maior importância para o destino da Europa e da União assente na existência de uma moeda e de um espaço único sem fronteiras, de livre movimentação de mercadorias, capitais e cidadãos – as eleições presidenciais em França (dia 23 de Abril/1ª volta e dia 7 de Maio/2ª volta). Seguem-se temporalmente as eleições legislativas na Alemanha (24 de Setembro), sem aparentes riscos, e prováveis eleições gerais em Itália, na tentativa de clarificação do actual espectro político.**

□ Holanda

As eleições

A Holanda é um país económica e socialmente muito avançado no contexto europeu e mundial existindo, em termos políticos, um sentimento anti-UE que tem vindo a ganhar expressão, capitalizando o desconforto e descontentamento das populações em relação a aspectos ligados com a livre circulação de cidadãos, com a imigração, com a repercussão da crise financeira dos últimos anos no rendimento das famílias, etc.. Sendo uma monarquia constitucional, o monarca é o chefe de Estado, embora com poderes limitados, exercendo alguma influência durante a formação de novos governos. O poder executivo é exercido pelo governo, com suporte legislativo do Parlamento (sistema bicameral, existindo ainda um Senado ou Câmara Alta). A votação de dia 15 foi para a Câmara dos Representantes e daqui sairá a escolha de um primeiro-ministro e de um governo, arbitrado pelo Rei, de onde o Senado não sofrerá para já alterações. Num futuro muito próximo poderão ainda surgir dificuldades de coabitação entre as duas câmaras, se forem dominadas por forças políticas opostas.

Para as eleições de Março concorreram 28 partidos ou movimentos, tendo ganho o partido VVD – Partido do Povo, Liberdade e Democracia, do primeiro-ministro Mark Rutte, embora tenha perdido deputados face à composição anterior do Parlamento, resultado de uma ainda maior dispersão dos votos. O grande derrotado foi o parceiro de coligação do governo de matriz social-democrata e de centro, o PvdA – Partido Trabalhista de Lodewijk Asscher, que ocupava o lugar de vice-primeiro ministro, tendo perdido perto de metade dos deputados. O segundo partido mais votado foi o PVV – Partido da Liberdade de Geert Wilders, que assumiu uma postura extremista em relação ao projecto europeu, captando a atenção dos mais insatisfeitos. Wilders partilha com a candidata francesa Marine Le Pen a ideia de que é essencial a existência de fronteiras para garantir a segurança do país, o que não acontece com a participação na União Europeia. Para além desta questão, a que se associa a retórica anti-imigração, as medidas de austeridade impostas pela crise (cortes em subsídios sociais, nas reformas dos pensionistas e agravamento dos custos do sistema de saúde, por exemplo) trouxeram descontentamento. O apelo populista de Wilders passou por querer fazer aprovar um projecto-lei de referendos vinculativos, de forma a referendar no futuro a permanência da Holanda na UE. **Enquanto se aguarda a formação do governo para uma nova legislatura (tarefa que se pode mostrar complexa, já que para um suporte maioritário do governo são necessários 76 assentos parlamentares), é sabido que nenhuma coligação em formação pretende ter como parceiro o partido de Wilders.**

Reino da Holanda

Capital: Amesterdão (Haia é sede do governo)

Cidade mais populosa: Amesterdão (3.7 milhões)

Outras cidades: Roterdão (2.8 milhões)

Língua: Holandês

Sistema político: Monarquia constitucional

Monarca: Guilherme Alexandre

Primeiro-ministro: Mark Rutte

Vice-primeiro ministro: Lodewijk Asscher

Entrada na UE: 25 de Março de 1957 (membro co-fundador)

Governador do Banco Central: Klaas Knot

Área total: 41 528 km² (131º)

Fronteira: Alemanha e Bélgica

População estimada (2014): 16.8 milhões (63º)

Densidade: 405.6 hab./km² (23º)

Divisão administrativa: 12 regiões, subdivididas em 403 municípios

IDH (2014): 0.922/muito elevado (5º)

Esperança de vida à nascença (2016): 80.4 anos

Taxa de iliteracia (2003): 1.0%

OPINIÃO

FACTORES POLÍTICOS RELEVANTES NA EUROPA (cont.)

Anterior composição do Parlamento			Actual composição do Parlamento após a acto eleitoral de 15 de Março		
Partido	Líder	Deputados	Partido	Líder	Deputados
VVD - Partido do Povo, Liberdade e Democracia	Mark Rutte	40	VVD - Partido do Povo, Liberdade e Democracia	Mark Rutte	40
PvdA - Partido Trabalhista	Lodewijk Asscher	35	PvdA - Partido Trabalhista	Lodewijk Asscher	35
SP - Partido Socialista	Emile Roemer	15	SP - Partido Socialista	Emile Roemer	15
CDA - Movimento Democrata Cristão	Sybrand van Haersma Buma	13	CDA - Movimento Democrata Cristão	Sybrand van Haersma Buma	13
PVV - Partido da Liberdade	Geert Wilders	12	PVV - Partido da Liberdade	Geert Wilders	12
D66 - Democratas 66	Alexander Pechtold	12	D66 - Democratas 66	Alexander Pechtold	12
CU - União Cristã	Gert-Jan Segers	5	CU - União Cristã	Gert-Jan Segers	5
GL - GroenLinks	Jesse Klaver	4	GL - GroenLinks	Jesse Klaver	4
SGP - Partido político reformado	Kees van der Staaij	3	SGP - Partido político reformado	Kees van der Staaij	3
PvdD - Partido dos Animais	Marianne Thieme	2	PvdD - Partido dos Animais	Marianne Thieme	2
50PLUS - Movimento mais de 50	Henk Krol	1	50PLUS - Movimento mais de 50	Henk Krol	1
Independentes	-	8	Independentes	-	8
Total de assentos parlamentares		150	Total de assentos parlamentares		150

Situação económica

O actual governo tem estado focado em implementar reformas que concorram para uma maior competitividade da economia; manter as despesas do estado sob controlo, ao mesmo tempo que pretendem a sustentabilidade do sistema de segurança social; aumento gradual da idade de reforma e congelamento dos salários da função pública; a nova lei dos contratos de trabalho, entretanto implementada, que levou à diminuição do número de pessoas a trabalhar com contratos temporários; diminuição gradual dos benefícios fiscais nos empréstimos à habitação, limitando o acesso fácil ao crédito e, por conseguinte, contendo o agravamento do endividamento das famílias (matéria sensível devido ao actual alto nível de endividamento das famílias e com reflexo importante no mercado imobiliário).

Principais indicadores económicos

	2015	2016	2017 p	2018 p	2019 p
População (milhões)	16.9	17.0	17.1	17.1	17.2
PIB per capita (EUR)	39,944	40,920	42,125	43,353	44,613
PIB (EUR mil milhões)	677	697	719	742	765
PIB (v.a., %)	2.0	2.1	1.9	1.7	1.6
Consumo Privado (v.a.,%)	1.8	1.8	1.8	1.4	1.4
Consumo Público (v.a.,%)	0.2	0.8	0.7	1.0	0.9
FBCF (v.a.,%)	9.9	4.8	2.8	3.0	2.7
Export. bens e serviços (v.a.,%)	5.0	3.7	3.1	3.0	2.8
Import. bens e serviços (v.a.,%)	5.8	3.9	3.3	3.2	3.1
Produção industrial (v.a.,%)	-3.3	1.9	0.8	1.2	1.3
Rendimento disponível (v.a.,%)	3.5	3.5	2.1	2.1	2.0
Taxa de desemprego (%)	6.9	6.0	5.7	5.2	5.1
Balança fiscal (% do PIB)	-1.9	-0.9	-0.4	-0.2	-0.2
Dívida pública (% do PIB)	65.1	63.1	61.2	59.4	59.1
Inflação (HICP,v.a.,%)	0.2	0.1	1.3	1.4	1.5
Balança corrente (% do PIB)	8.7	8.2	8.1	7.9	7.7
Balança corrente (EUR mil milhões)	58.6	57.5	58.1	58.5	58.8
Balança comercial (EUR mil milhões)	44.1	52.8	-	-	-
IDE (EUR mil milhões)	65.5	-	-	-	-
Ratings:					
Moody's	Aaa			perspectiva estável	
S&P Global Ratings	AAA			perspectiva positiva	
Fitch Ratings	AAA			perspectiva estável	
- exportações diversificadas					
- um dos mais altos PIB <i>per capita</i> da U.E.					
- dívida pública sob controlo					
- <i>hub</i> do transporte europeu					
- alto endividamento das famílias					
- sector bancário com debilidades					
- economia muito dependente dos países vizinhos europeus					

Fonte: Focus Economics Consensus Forecast; Moody's; S&P Global Ratings; Fitch Ratings

FACTORES POLÍTICOS RELEVANTES NA EUROPA (cont.)

À medida que estas reformas foram sendo introduzidas, a economia cresceu 2.1% em 2016, sendo esperado um nível semelhante em 2017. A taxa de desemprego tem vindo a decrescer de forma sustentada, chegando a 5.3% em Janeiro deste ano, enquanto a taxa média da UE no mesmo período se situava em 8.1% (também com tendência decrescente). O saldo orçamental mostra-se ligeiramente negativo (-0.9% em relação ao PIB em 2016 e espera-se -0.4% em 2017) e a dívida pública tem vindo a convergir em direcção do critério de Maastricht de 60% do PIB (63% em 2016 e prevê-se 61% em 2017). Já o saldo da balança corrente face ao PIB foi de 8.2% em 2016 e deverá manter-se nesse patamar em 2017. E é por causa deste último indicador, o superávit corrente excessivo, e do nível elevado de endividamento privado; que a Comissão Europeia colocou em 2016 a Holanda no MIP – *Macroeconomic Imbalance Procedure*. Ou seja, a Comissão pretende que o país corrija estes desequilíbrios, estando a monitorar os progressos. Aconselha a diminuição da carga fiscal e uma reestruturação do sistema de segurança social a favor dos menos beneficiados, retirando regalias aos mais favorecidos.

Há o reconhecimento que o crescimento da procura doméstica e externa se manterá nos próximos anos e que a envolvente macroeconómica dará suporte para se restabelecerem os reequilíbrios necessários. O crescimento real do PIB deverá manter-se próximo dos 2%, mantendo-se suportado pelo consumo das famílias (através de salários robustos e emprego a crescer) e pelo investimento. Também uma política fiscal mais benéfica deverá suportar o consumo doméstico. Do lado do endividamento das famílias, um dos mais altos na UE, foram tomadas medidas de forma a limitar o agravamento da exposição ao crédito à habitação (o maior custo das famílias holandesas), assim como foi estimulado a dinamismo no mercado imobiliário, nomeadamente ao nível do arrendamento. Apesar de ligeiras melhorias, a relação entre dívida e rendimento das famílias ainda é elevada. As medidas centraram-se no fim progressivo do incentivo de compra de habitação própria (criou distorções no mercado imobiliário ao longo dos últimos anos) e na limitação das condições muito generosas de acesso ao crédito (os critérios de esforço financeiro são agora mais rígidos, havendo limites de endividamento e tectos para os montantes máximos).

O propósito de redução do superávit corrente existe consciência que será um processo gradual e resistente, que passa pelos estímulos ao consumo, nomeadamente por via da política fiscal. Em 2016 foi introduzido um pacote fiscal que incluiu a descida dos impostos sobre o trabalho. Ao nível do sistema da segurança social, pretende-se limitar as poupanças para sistema privados (permitindo pensões futuras muito generosas) e tornar a distribuição geracional mais justa.

□ França

As eleições

A 11ª eleição presidencial da V República Francesa terá, seguramente, duas voltas (assim asseguram as sondagens, dada a obrigatoriedade de um dos candidatos obter maioria absoluta), realizando-se a 1ª volta a 23 de Abril e a 2ª volta a 7 de Maio. O Presidente eleito recebe um mandato de 5 anos, sucedendo a François Hollande (que não disputa um segundo mandato), oriundo do Partido Socialista francês.

Em França, o sistema político é semipresidencialista, ou seja, o poder executivo é partilhado entre o chefe de Estado e o governo (geralmente o Presidente lidera a política externa e o primeiro-ministro a política interna), tendo o Parlamento a função legislativa (sendo sufragado numa data diferenciada da eleição presidencial). Segundo as sondagens, os dois candidatos mais bem posicionados para seguirem para a 2ª volta são Marine Le Pen e Emmanuel Macron, com propostas bem diferenciadas a nível interno e externo.

Esta eleição reveste-se de grande significado porque existe grande incerteza quanto ao resultado final e porque há um dos candidatos que propõe, com grande receptividade popular, a ruptura com a União Europeia e com o euro. O facto de esta possibilidade estar a acontecer em França, um dos principais países fundadores dos actuais pilares do projecto europeu, por um lado, a que se junta a sua dimensão e importância económica, por outro, é considerado o facto político mais marcante a acontecer em 2017, depois da eleição do Presidente Trump e da vitória do Brexit no Reino Unido em 2016.

República Francesa

Capital: Paris

Cidade mais populosa: Paris (10.6 milhões)

Outras cidades: Marselha (2.0 m); Lyon (1.5 m)

Língua: Francês

Sistema político: República semipresidencialista; Parlamento com duas Câmaras (Alta e Baixa)

Governo: Primeiro-ministro: Bernard Cazeneuve; Presidente do Senado: Gérard Larcher

Entrada na UE: 25 de Março de 1957 (membro co-fundador)

Governador do Banco Central: François de Villeroy de Galhau

Área total: 543 965 km² (40º)

Fronteira: Espanha, Alemanha, Reino Unido, Itália, Bélgica e Suíça

População estimada (2016): 64.6 milhões (20º)

Densidade: 98.8 hab./km²

Taxa de crescim. da população (est.2016 %): 0.5

Divisão administrativa: 26 regiões (22 na França metropolitana e 4 ultramarina) as regiões estão sub-divididas em 100 departamentos

IDH (2014): 0.897/muito elevado (21º)

Esperança de vida à nascença (2016): 81.8 anos

Taxa de iliteracia (2011): <1.0%

OPINIÃO

FACTORES POLÍTICOS RELEVANTES NA EUROPA (cont.)

XIVª legislatura da 5ª República
Assembleia Nacional/Câmara Baixa/26.Junho.2012

Senado / Câmara Alta / 01 de Outubro de 2014

Partido	Deputados	Partido	Senadores
SER - Socialistas, Ecologistas e Republicanos	291	LR - Os Republicanos	144
LR - Os Republicanos	196	SOC - Partido Socialista	109
UDI - União de Democratas e Independentes	30	UDI-UC - União de Democratas e Independentes	42
RRDP - Radical, Republicano, Democrata e Progressista	18	CRC - Grupo Comunista, Republicano e do Cidadão	20
GDR - Esquerda Democrata e Republicana	15	RDSE - Grupo Democrata e Social Europeu	17
Lugares vagos	3	ÉCO - Ecologistas	10
Total de assentos parlamentares	577	RASNAG - Senadores sem grupo político	6
		Total de assentos no Senado	348

De facto, pela primeira vez em 15 anos (depois de várias tentativas falhadas), o partido de extrema-direita Frente Nacional tem a possibilidade real de ganhar umas eleições, concretamente colocar na presidência francesa o seu candidato. As sondagens colocam a liderar a 1ª volta tanto Marine Le Pen como Emmanuel Macron, com intenções de voto idênticas (perto de 25%), ficando os outros candidatos a alguma distância. Quanto à 2ª volta, as sondagens são unânimes em considerar que a vitória será de Macron, que formou um movimento independente dos partidos, centrando o discurso e as propostas, desviando-se tanto da extrema-direita como da extrema-esquerda. Não poderiam estar a ser sufragados dois caminhos tão diferentes para França, tendo como questão central a União Europeia e o euro.

O que defendem os principais candidatos?

Marine Le Pen (candidata da Frente Nacional)	Emmanuel Macron (candidato do centro)	Benoît Hamon (candidato do Partido Socialista)	François Fillon (candidato de Os Republicanos)
Sucedeu ao seu pai Jean-Marie Le Pen em 2011 como líder da Frente Nacional. É eurodeputada desde 2004 pelo Noroeste da França. Defende ideais nacionalistas e anti-União Europeia (recuperação da soberania monetária, legislativa, territorial e económica de França). Propõe a reforma administrativa (eliminação das regiões administrativas) e a redução do nº de deputados e senadores.	Ex-ministro da economia (2014) do Presidente François Hollande, considera-se "nem de direita nem de esquerda". Criou a "Lei Macron" para promover o crescimento económico e as oportunidades. Fundou o movimento "Em Marcha!" depois de ter deixado o Partido Socialista e o lugar de ministro. Defende a redução do nº de deputados nas duas Câmaras do Parlamento.	Derrotou em primárias o ex-primeiro ministro de França, Manuel Valls, e negociou com "Os Verdes" a retirada do seu candidato e o apoio à sua candidatura. Ex-ministro da educação do Presidente Hollande, tornando-se seu crítico. Do seu programa destaca-se a defesa da atribuição de um subsídio/rendimento básico universal para cada cidadão. Defende que o "voto em branco" seja tido em consideração.	Ex-primeiro-ministro (2007-2012) e deputado por Paris (desde 2012). Candidato pelos "Os Republicanos", partido sucessor da "União por um Movimento Popular" de Nicolas Sarkozy. Apresenta um programa económico liberal e defende um Estado mais reduzido, com menos funcionários. É considerado um conservador inflexível.
Social e imigração			
-Rejeita a sociedade francesa multicultural construída ao longo das últimas décadas. -É contra a suposta "islamização" da França. -Defende o fim das ajudas sociais a estrangeiros, nomeadamente a escola gratuita para filhos de imigrantes. -Criação de uma taxa adicional de contratação de estrangeiros. -Defende a deportação de imigrantes que tenham praticado delitos. -Defende o regresso da "pena de morte". -Mais 3% para a despesa da Defesa e mais 50 mil novos militares.	-Defende a política de refugiados de Angela Merkel. -"Tolerância zero" contra o crime e combate ao terrorismo. -Reforço das fronteiras, com o reforço da guarda fronteiriça; mais 10 mil novos postos de polícia; mais 15 mil vagas nas prisões. -Reformulação das condições de pedido de asilo, com resposta no prazo máximo de 8 semanas.	-Programa "totalmente de esquerda" com forte conteúdo social e ambientalista. -Defende o direito de asilo sem obstáculos - os solicitantes teriam direito a uma autorização de trabalho após 3 meses em território francês, para além do acesso à aprendizagem da língua francesa. -Na defesa e combate ao terrorismo defende uma estratégia de cooperação europeia e a criação de uma agência de inteligência europeia. -Redução das penas de prisão.	-Retorno da família ao centro das preocupações. -Discorda da adopção de crianças por casais homossexuais. -Propõe maior controle das fronteiras da França, pressupondo a renegociação do Tratado de Schengen, assim como uma mudança nas regras de concessão de asilo. -Defende quota máxima de admissão de refugiados e a expulsão de estrangeiros em situação irregular. -Acesso mais dificultado ao sistema de protecção social a estrangeiros. -As comunidades muçulmanas e as mesquitas devem ser submetidas ao controlo estatal.
Economia e fiscalidade			
-Lema proteccionista "Primeiro a França!". Economia assente no, "proteccionismo inteligente" e no "patriotismo económico". -Defende saída da França da União Europeia e da Zona Euro e o regresso do franco francês. -Propõe a realização de um referendo à permanência na UE. -Crítica o capitalismo e a globalização que negligenciou as populações do interior do país. -Flexibilização das leis do trabalho com o objectivo de abrir espaço aos acordos sectoriais que levará à criação de emprego (prioridade nacional). -Propõe o aumento do horário de trabalho das 35 para as 39 horas. -Redução de 10% do imposto sobre o rendimento para os três primeiros escalões. -Aumento do investimento público. -Reforma aos 60 anos.	-Defende a UE e o fortalecimento do eixo franco-alemão existindo, contudo, a necessidade de uma verdadeira estratégia europeia. -Redução do imposto sobre as empresas de 33,3% para 25%, ajudando o país a ganhar maior competitividade. -Alterar o imposto sobre as grandes fortunas e acabar com o imposto sobre imóveis de 80% dos lares franceses. -Redução de impostos sobre o trabalho e melhor remuneração dos trabalhadores. -Manutenção das 35 horas, mas flexibilidade dos sectores acordarem o horário e medidas laborais mais adequadas. -Redução da despesa pública e alcançar os níveis de défice orçamental acordados com a UE. -Avaliação de competência dos desempregados e obrigatoriedade de aceitação de vaga de emprego após uma segunda oferta.	-Preconiza o aumento do Rendimento Social (RSA) em 10%, de modo a atingir os 600 euros, até 2018. -Exigência de um rendimento mínimo no valor de 750 euros para todos os franceses (maiores de 18 anos). -Defende a revogação da recente maior liberalização do mercado de trabalho. -Defende a redução do horário de trabalho de 35 para 32 horas, de forma a diminuir o desemprego. -Propõe que os parceiros da Zona Euro anulem a dívida pública acumulada desde 2008 (início da crise financeira). -Obtenção de receitas fiscais através da legalização da canábica e taxação de robots, passando a ser cobrados impostos às empresas pela riqueza gerada pela automação.	-Modelo conservador na área social e liberal do ponto de vista económico. -Defende a redução dos gastos do Estado em cerca de 100 mil milhões de euros no período de 5 anos. -Para tal, defende a redução de 500 mil empregos no Estado. -Propõe o aumento do horário de trabalho das 35 para as 39 horas; no sector privado o tempo de trabalho será negociado por sector. -Redução dos impostos sobre o rendimento; redução em 40 mil milhões de euros de taxas e encargos para as empresas; possível aumento do IVA. -Aumento nos gastos da segurança e defesa em cerca de 12 mil milhões de euros.
Sondagens*: 1ª volta - entre 24% e 25%; 2ª volta - perde	Sondagens*: 1ª volta - entre 24% e 26%; 2ª volta - ganha	Sondagens*: 1ª volta - entre 10% e 12%; 2ª volta - não vai	Sondagens*: 1ª volta - entre 17% e 20%; 2ª volta - não vai

Nota: (*) - intervalo de variação das sete sondagens realizadas após o debate realizado na TF1 no dia 20 de Março (inquéritos realizados entre 21 e 29 de Março).

Se Marine Le Pen, que aligeirou o tom anti-semita e mais radical da Frente Nacional, defende a realização de um referendo à permanência da França na UE tendo como objectivo a saída do país tanto da União como da moeda

FACTORES POLÍTICOS RELEVANTES NA EUROPA (cont.)

única, já Emmanuel Macron preconiza o reforço da UE, nomeadamente ao nível do eixo franco-alemão, assim como a definição de uma estratégia renovada para o futuro. Estão igualmente em confronto uma proposta mais protecionista e nacionalista em termos de modelo económico (Le Pen) e uma visão liberal e flexível dos diferentes sectores de actividade, com ajuda de uma política fiscal desagravada (Macron).

Situação económica

Principais indicadores económicos					
	2015	2016	2017 p	2018 p	2019 p
População (milhões)	64.3	64.6	64.9	65.2	65.5
PIB per capita (EUR)	33,934	34,415	35,156	35,972	36,904
PIB (EUR mil milhões)	2,181	2,222	2,280	2,344	2,416
PIB (v.a., %)	1.2	1.1	1.3	1.4	1.6
Consumo Privado (v.a.,%)	1.5	1.8	1.3	1.4	1.3
Consumo Público (v.a.,%)	1.4	1.5	1.4	1.2	1.3
Export. bens e serviços (v.a.,%)	6.0	0.9	2.4	2.8	3.1
Import. bens e serviços (v.a.,%)	6.4	3.6	3.2	3.0	3.2
Produção industrial (v.a.,%)	1.6	0.4	1.1	1.2	1.2
Rendimento disponível (v.a.,%)	1.7	1.4	1.7	2.0	2.1
Taxa de desemprego (%)	10.4	10.0	9.7	9.3	9.1
Balança fiscal (% do PIB)	-3.5	-3.3	-3.0	-2.9	-2.6
Dívida pública (% do PIB)	96.2	96.6	97.0	97.2	97.7
Inflação (HICP,v.a.,%)	0.1	0.3	1.3	1.4	1.5
Balança corrente (% do PIB)	-0.2	-1.1	-1.0	-1.0	-1.0
Balança corrente (EUR mil milhões)	-4.0	-24.0	-22.7	-22.5	-23.1
Balança comercial (EUR mil milhões)	-44.6	-48.8	-	-	-
IDE (EUR mil milhões)	38.6	-	-	-	-
IDE (EUR mil milhões)	65.5	-	-	-	-
Ratings:					
Moody's	Aa2		perspectiva estável		
S&P Global Ratings	AA		perspectiva estável		
Fitch Ratings	AA		perspectiva estável		
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> - comprometimento com a consolidação fiscal - o endividamento das famílias é moderado - manutenção da forte atracção turística - forte exportação de serviços comerciais e de mercadorias 				
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> - perspectiva de crescimento moderado - dívida pública elevada - desemprego estrutural elevado - perda de competitividade do sect. exportador 				

Fonte: Focus Economics Consensus Forecast; Moody's; S&P Global Ratings; Fitch Ratings

Os dados mais recentes divulgados, referentes ao 4º trimestre de 2016, mostram que a actividade económica francesa encontra-se a funcionar a um ritmo mais elevado, em resultado tanto da procura externa como interna, devendo-se manter em 2017. Segundo os resultados da Focus Economics Consensus Forecast, **o PIB, após um crescimento de 1.1% em 2016, deverá ganhar força e alcançar 1.3% em 2017, prosseguindo uma tendência ascendente nos anos seguintes. A semelhança das restantes economias europeias, a França beneficiou de factores externos, como a diminuição do custo da energia, a depreciação do euro, a diminuição dos custos do trabalho e ganhos de competitividade. Ainda assim, o crescimento económico francês permaneceu inferior ao valor médio da Zona Euro. As exportações deverão mostrar uma variação anual de 2.4% em 2017, após 0.9% em 2016. O consumo privado, por seu turno, poderá registar um ligeiro abrandamento, em consequência de expectativas influenciadas pelo terrorismo, mas igualmente de turbulência laboral e clima de incerteza generalizado, embora exista uma dinâmica de maior poder de compra das famílias.** No entanto, os riscos existentes são no sentido descendente da *performance* económica. Em ano de eleições (sejam as presidenciais como as legislativas), existem igualmente expectativas de uma estabilização do consumo público visto a França se encontrar referenciada em termos do procedimento de défice excessivo por parte da Comissão Europeia (quinto ano seguido de desequilíbrio). Já em 2016, tinha havido uma recomendação que apontava para as seguintes necessidades: relançamento do investimento; reformas estruturais ao nível do Estado, concretamente a sua modernização; a introdução de uma política fiscal amiga do crescimento económico.

O défice público foi de 3.3% do PIB em 2016, devendo descer para 3.0% em 2017, numa tendência que deverá ser descendente nos anos seguintes. No entanto, a França reduziu o seu défice a um ritmo mais lento do que os restantes países da Zona Euro, resultando numa divergência em relação a esses parceiros. Já a dívida pública

OPINIÃO

FACTORES POLÍTICOS RELEVANTES NA EUROPA (cont.)

em relação ao PIB, depois de 96.6% em 2016, deverá mostrar uma ligeira tendência de agravamento. As taxas potenciais de crescimento da economia francesa estão aparentemente limitadas (rigidez do mercado de trabalho, alta carga tributária, etc.), num contexto de baixa inflação, complicando a redução da dívida pública.

Ao nível da balança corrente, é esperada uma estabilização do défice a rondar os 1% do PIB (à volta dos 23 mil milhões de euros), estando dependente da evolução da produtividade e do comportamento das exportações e das importações. As previsões indicam que mesmo com a melhoria da procura externa e uma recuperação das exportações, as importações estarão sempre a crescer a uma taxa superior.

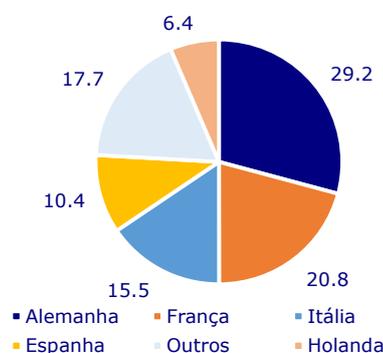
Quanto ao investimento, é esperado que recupere em 2017 (embora existam problemas ligados com a elevada burocracia e as elevadas taxas de imposto que penalizam as empresas) por via da recuperação gradual do agregado da procura, assim como devem surgir medidas de redução do custo de mão-de-obra (via redução de impostos e contribuições do trabalho, reforma do processo de fixação dos salários nos diferentes sectores produtivos, maior sustentabilidade do sistema de pensões, etc.), aguardando-se uma melhoria da competitividade económica que levará a uma maior confiança dos agentes económicos. Para tal, é conveniente que o crescimento real dos salários seja inferior ao aumento da produtividade. Por seu turno, prevê-se que a taxa de desemprego melhore progressivamente, acompanhando a gradual dinâmica de crescimento económico, embora a remoção dos desequilíbrios seja lenta. De 10.4% em 2015, de um valor a rondar os 10% em 2016, é possível que a taxa de desemprego venha abaixo dos dois dígitos em 2017 (valor previsto de 9.7%).

As questões do trabalho, horários laborais e salários têm sido temas relevantes nos programas e agendas eleitorais dos diferentes candidatos à presidência da república francesa. A redução de impostos parece ser consensual, agora ao nível dos salários (tendo sido introduzido o tema do rendimento mínimo para todos) e dos horários de trabalho existe divergências significativas (ver propostas no quadro apresentado).

▫ **A Holanda e a França no contexto europeu**

Apesar do dinamismo da economia holandesa, o seu peso é de 6.4% do PIB da Zona Euro (em 2016). Já ao nível da população, corresponde a 5.1% do total da população do bloco do euro. Ainda assim, os números relativamente à evolução económica da Holanda não deixam de impressionar, comparativamente às economias “motor” da Europa, nomeadamente a Alemanha, a França e a Itália. **A França, por seu turno, é a segunda economia do euro, com um peso de perto de 21% do PIB total, atrás da Alemanha com 29%. Também ao nível da população, a França detém a segunda posição com 19% do total, depois da Alemanha com 25%.**

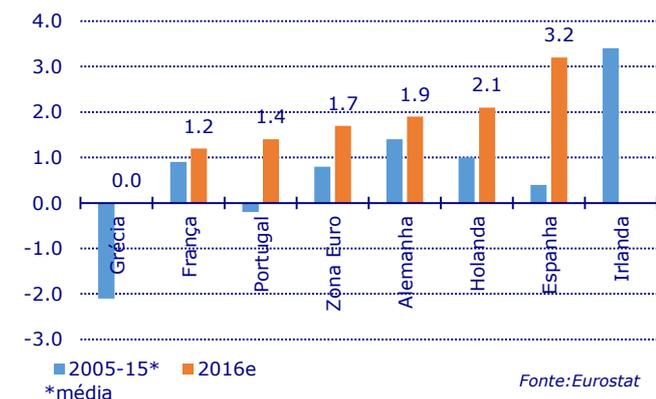
PIB - peso na Zona Euro (%), 2016



Fonte: FocusEconomics

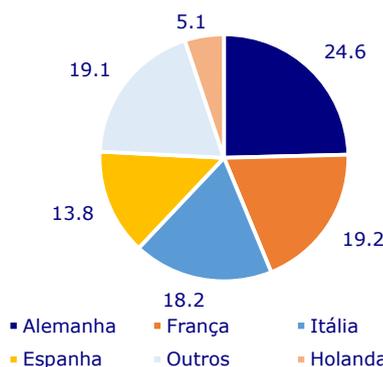
Índice de disparidade regional da produtividade

(Portugal=100)



Fonte: Eurostat

População - peso na Zona Euro (%), 2016



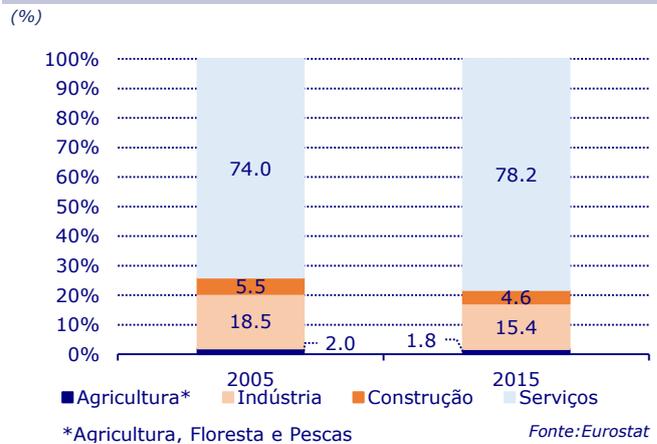
Fonte: FocusEconomics

FACTORES POLÍTICOS RELEVANTES NA EUROPA (cont.)

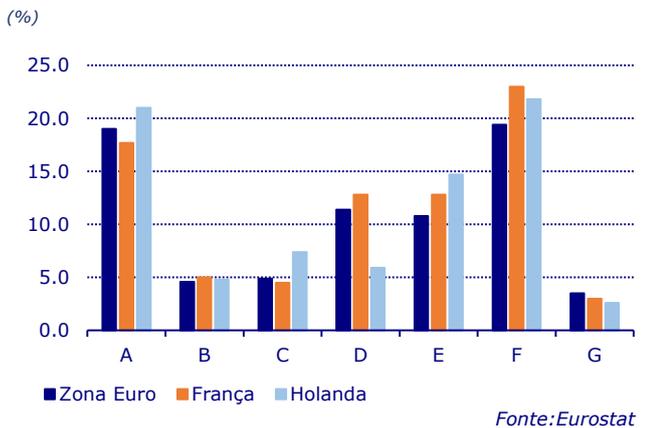
Em 2016, a Holanda foi das economias que registou das taxas de crescimento mais altas da Zona Euro, 2.1%, acima da Alemanha (1.9%), da França (1.2%) e mesmo do valor médio do espaço do euro (1.7%). Do mesmo modo que no período compreendido entre 2005 e 2015, foi igualmente dos países que mais cresceram (1.0%). No mesmo período, a taxa de crescimento médio da França foi de 0.9%.

Na análise do peso dos sectores, os serviços persistem em ganhar dimensão, tanto na Holanda como na França, representando presentemente mais de 78% do total do VAB, encolhendo a indústria, a construção e a agricultura (agricultura, floresta e pescas).

Holanda - distrib. do VAB a preços correntes

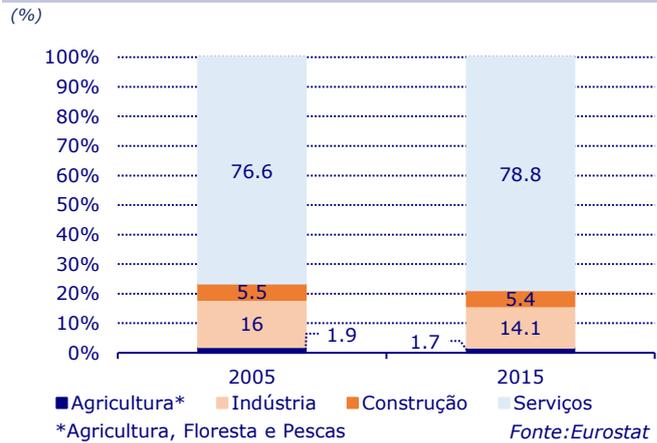


Sector terciário - distribuição do VAB a preços correntes, 2015



A - Distribuição, transporte e armazenagem; B - Informação e comunicação; C - Actividades financeiras e de seguros; D - Actividades imobiliárias; E - Actividades científicas, técnicas e administrativas; F - Administração pública, defesa, educação, saúde a serviços sociais; G - Arte, cultura e entretenimento

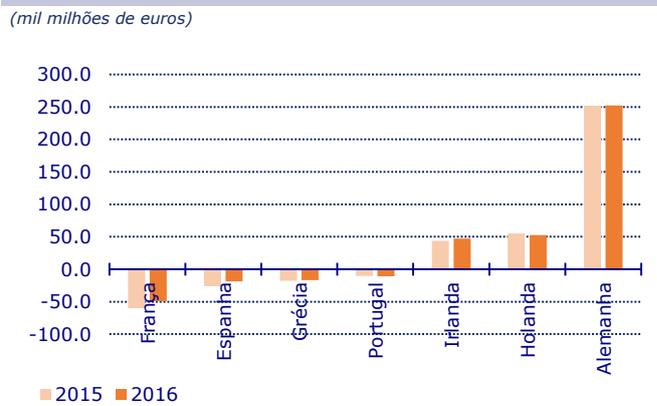
França - distrib. do VAB a preços correntes



No VAB do terciário, a Administração pública, defesa, educação, saúde e serviços sociais dominam com quotas de 23% em França e de 22% na Holanda, respectivamente (o valor na Zona Euro é de 19%). Segue-se a área da Distribuição, transporte e armazenagem com um peso de 21% na Holanda e de 18% em França (o valor na Zona Euro é de 19%). Tanto em França como na Holanda a actividade portuária é muito significativa, sendo um dos grandes elos da cadeia de distribuição, transporte e armazenagem de bens. Na Holanda, o porto de Roterdão é considerado a "porta da Europa", lucrando o país com a forte dimensão comercial comparativamente ao peso económico do país, nomeadamente através da área da re-exportação para as principais economias, com destaque para a Alemanha.

Se a Holanda tem tido superávites comerciais, que contribuem para saldos correntes significativamente positivos, exportando maquinaria diversa e material de transporte, produtos químicos, combustíveis e lubrificantes, bebidas e tabaco, e importando combustíveis e lubrificantes e produtos manufacturados, a França tem registado sucessivos défices comerciais com contributos negativos para a evolução da balança corrente, apesar de ser a sexta economia exportadora do mundo. **A**

Saldo da balança comercial de bens



OPINIÃO

FACTORES POLÍTICOS RELEVANTES NA EUROPA (cont.)

França exporta 78% de produtos manufacturados, que incluem aviões, helicópteros e automóveis (e partes de), mas também medicamentos e produtos alimentares, e importa automóveis, petróleo, gás, combustíveis refinados e produtos alimentares. Maioritariamente, as exportações destinam-se à Alemanha (14%), Reino Unido (8%) e EUA (8%).

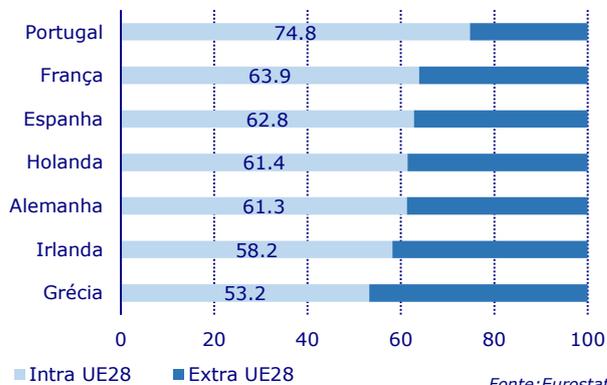
Relevante é o facto de a França, logo a seguir a Portugal (no contexto dos países escolhidos para análise), ser o país mais dependente do comércio intracomunitário, realizando no espaço da União perto de 64% do comércio total de bens (Portugal apresenta para 2015 uma taxa de 75%). A Holanda apresenta um valor inferior, acima dos 61%, mas ainda assim elevado, contrastando com 58% da Irlanda e 53% da Grécia.

Existem outros indicadores económicos a considerar, nomeadamente o nível de investimento total, mas também ao nível do sector público, das empresas e das famílias. **Comparativamente e em relação ao peso no PIB, a França apresenta um valor superior ao valor médio do bloco do euro, 21.5% versus 20.1%, valor que é igual ao da Alemanha. Seguem-se a Espanha, com 19.6%, e a Holanda, 19.4%. Portugal e Grécia são os países considerados na análise com as taxas inferiores, 15.0% e 11.6%, respectivamente. França e Holanda destacam-se ao nível do investimento das famílias e do sector público. Nas empresas mostram um valor semelhante ao da Zona Euro, encontrando-se acima dessa referência a Espanha e a Irlanda.**

Já ao nível do endividamento do sector privado em 2015, a Holanda encontra-se no grupo charneira, com 277% do PIB, perto dos valores da Irlanda e Dinamarca, 303% e 292%, respectivamente. Este é um dos desequilíbrios em que a UE está atenta e pediu medidas de correcção aos governantes holandeses. A França, por sua vez, encontra-se na situação oposta, dentro do grupo de países em que endividamento do sector privado é mais baixo. Apresenta 108% do PIB, que compara com os 93% registados na Alemanha.

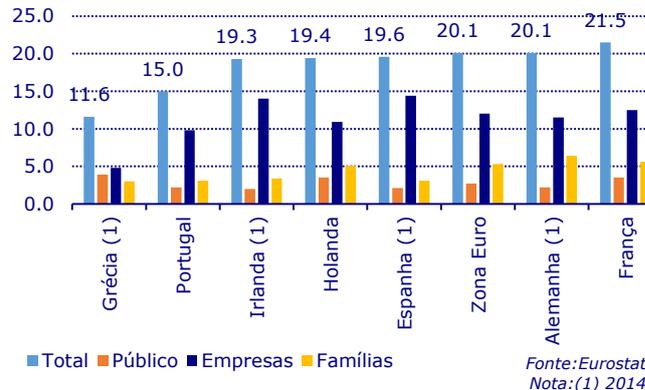
Comércio total de bens, 2015

(importações+exportações; % do total)



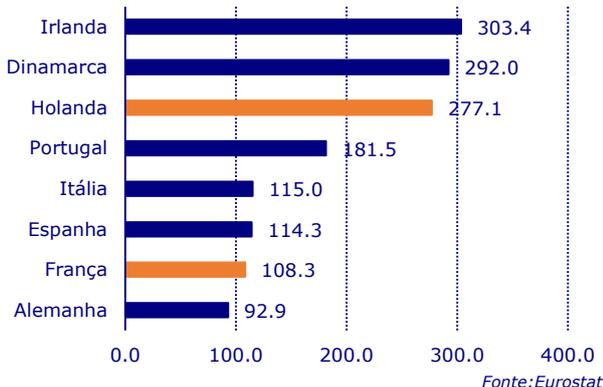
Investimento a preços correntes, 2015

(% do PIB)



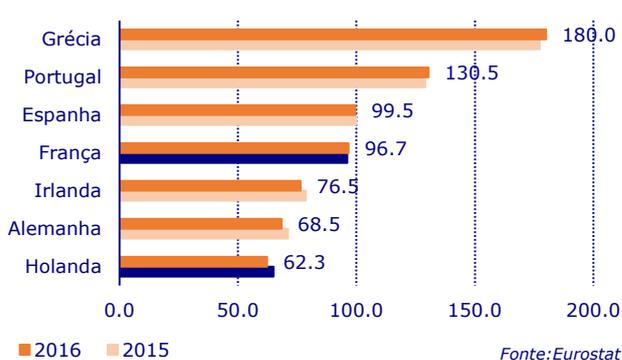
Endividamento do sector privado, 2015

(% do PIB)



Dívida pública total

(% do PIB)



Quanto à dívida pública, medida em relação ao PIB e dentro dos países em análise, a Holanda apresentou nos últimos anos os valores mais baixos, 65% em 2015 (baixando de 68% em 2014), muito próximo da referência de equilíbrio de 60% inscrita

FACTORES POLÍTICOS RELEVANTES NA EUROPA (cont.)

no Tratado de Maastricht. Numa tendência decrescente, em 2016 o rácio deverá ter-se fixado em 63%, para baixar ainda mais nos anos seguintes. Já a França registou 95% em 2014, 96% em 2015 e previsivelmente 97% em 2016, devendo-se manter neste nível nos anos seguintes, o que mostra alguma rigidez e a dificuldade em construir uma tendência descendente.

No saldo orçamental, dadas as actuais exigências de convergência, existe uma genérica melhoria na grande maioria dos países do euro. **A Holanda em 2015 alcançou -1.9% face ao PIB, com uma trajetória descendente para -0.9% em 2016 e -0.4% em 2017. A França, por seu turno, verificou -3.5% em 2015, -3.3% em 2016 e deverá chegar a -3.0% em 2017.** Ainda assim, a França mantém-se em observação pelas autoridades europeias, devido ao procedimento de défice excessivo, que ainda incorre.

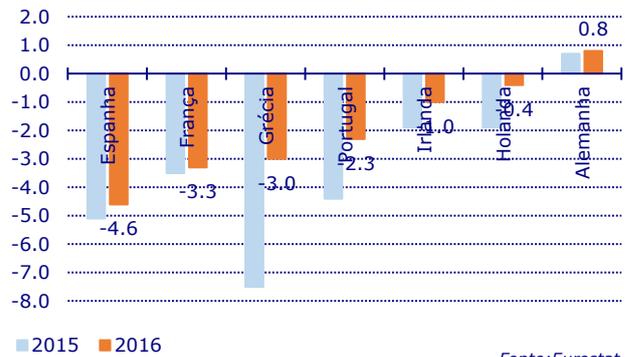
Percebe-se a dificuldade da França em encontrar um melhor equilíbrio financeiro já que ao nível Despesa geral do Estado, de acordo com os países em análise, a França revela o maior rácio perante o PIB (acima da Grécia e de Portugal). O valor de 2015 é de 57%, quando a Holanda apresenta 45%. Alemanha e Espanha verificaram valores semelhantes, à volta de 44%, e a Irlanda 29%. A dimensão do Estado francês é uma das grandes preocupações, por isso os candidatos de cariz mais liberal ou de centro-direita defendem o seu emagrecimento, nomeadamente Fillon e Macron.

Já ao nível das contribuições dos estados para o OE comunitário, assunto que é igualmente esgrimido nas disputas políticas, a Alemanha lidera com uma quota superior a 21% do total, seguindo-se a França com cerca de 16%. O terceiro, quarto e quinto lugares são ocupados pelo Reino Unido (13%), Itália (11%) e Espanha (8%), respectivamente. A Holanda encontra-se em sexto lugar com uma contribuição que representa 6% do total. Com maior ou menor exactidão, as contribuições dos estados para o OE da UE28 correspondem à sua importância económica dentro da União.

Para a análise das semelhanças e das diferenças, assim como da situação de Holanda e França perante os outros parceiros comunitários, socorremo-nos ainda de mais algumas informações relevantes de cariz económico, nomeadamente ao nível da produtividade, dos custos do trabalho e da situação do emprego.

Saldo orçamental

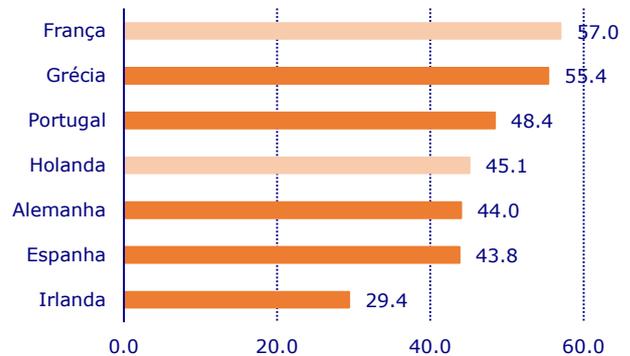
(% do PIB)



Fonte: Eurostat

Despesa geral do Estado, 2015

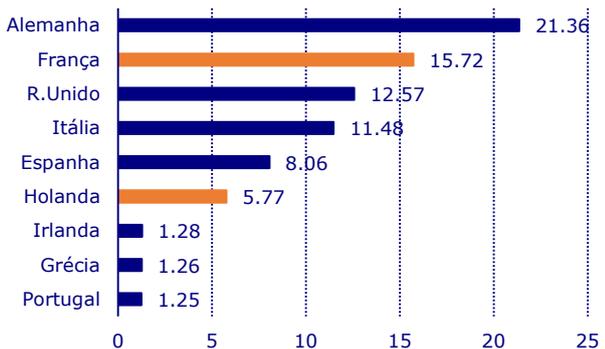
(% do PIB)



Fonte: OCDE

Contribuições para o orçamento da UE, 2015

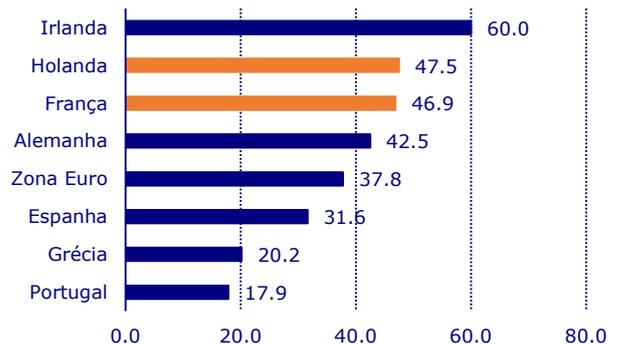
(% do total)



Fonte: Eurostat

Produtividade real do trabalho, 2015

(euros por hora trabalhada; 2010=100)



Fonte: Eurostat

OPINIÃO

FACTORES POLÍTICOS RELEVANTES NA EUROPA (cont.)

Ao nível da produtividade real do trabalho (rácio entre o PIB real e o número total de horas trabalhadas), a Holanda e a França estão praticamente a par, respectivamente, 47.5 e 46.9 euros por hora trabalhada, acima dos 42.5 euros da Alemanha. O valor médio da Zona Euro situa-se em 37.8 euros. Portugal e Grécia encontram-se igualmente no final da tabela. Situação que é confirmada pelo indicador de PIB *per capita*, onde a Holanda surge no topo da tabela, logo a seguir à Irlanda e acima da Alemanha, seguindo-se o valor médio da Zona Euro e a França.

Mesmo liderando a criação de riqueza por factor trabalho e mostrando um alto valor de PIB *per capita*, a França e a Holanda são países que detêm custos de trabalho elevados. De facto, considerando o custo total do trabalho (salários e remunerações e outros custos, nomeadamente encargos da entidade patronal), euros por hora, a França lidera, seguindo-se a Holanda e a Alemanha. A relação de valores é a seguinte: França, 35.08 euros; Holanda, 34.08 euros; Alemanha, 32.19 euros; Irlanda, 30.0 euros; Zona Euro, 29.50 euros. Portugal encontra-se no final com 13.21 euros (menos de metade dos restantes). Este facto demonstra que num país com alto nível de desenvolvimento é possível ter uma alta taxa de produtividade e ter igualmente um alto custo do trabalho (um acompanha o outro).

Se olharmos para a comparação entre salários mínimos, a Holanda e a França encontram-se no grupo dos países com maior valor. Tanto a Irlanda como a Holanda mostram valores acima dos 1550 euros, encontrando-se ligeiramente abaixo a França, com 1480 euros, e a Alemanha, com 1468 euros. Portugal e a Grécia encontram-se, mais uma vez, no final da tabela.

PIB *per capita*, 2015

(UE=100)



Fonte: Eurostat

Custo total do trabalho, por hora, 2015

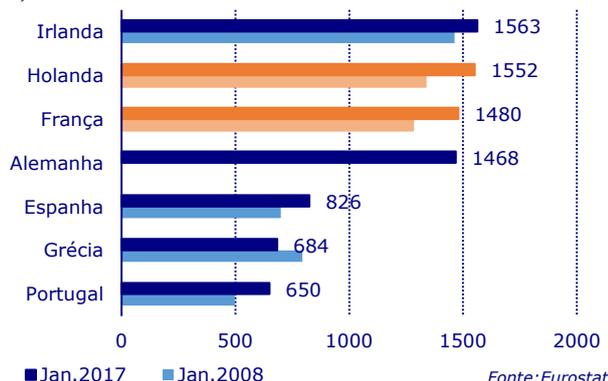
(euros)



Fonte: Eurostat

Salário mínimo, montante mensal

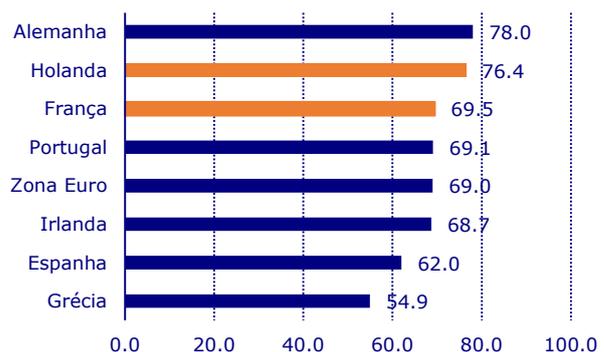
(euros)



Fonte: Eurostat

Taxa de emprego, grupo 20-64 anos, 2015

(%)



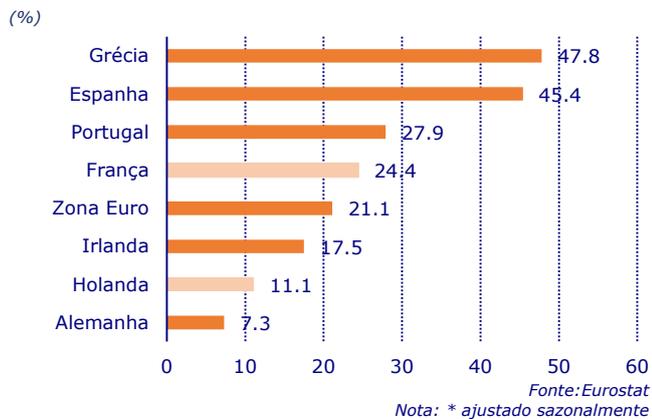
Fonte: Eurostat

A Holanda e a França mostram igualmente altas taxas de emprego da população activa (entre os 20 e os 64 anos), logo a seguir ao nível da Alemanha. O valor médio da Zona Euro situou-se em 2015 nos 69.0%, enquanto as taxas da Alemanha, da Holanda e de França fixaram-se em 78.0%, 76.4% e 69.5%, respectivamente.

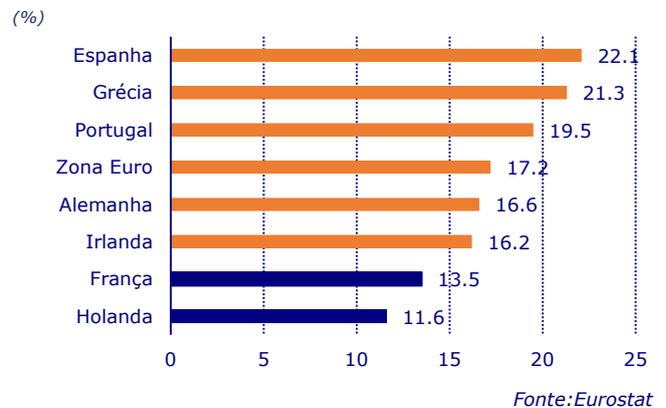
Quanto à taxa de desemprego geral em 2015, a Zona Euro registou 10.9%, França 10.4%, a Holanda 6.9% e a Alemanha 4.6%. Já no desemprego jovem (entre os 15 e os 24 anos), confirma-se igualmente o baixo valor da Alemanha, 7.3%, seguindo-se a Holanda com 11.1% e a Zona Euro com 21.1%. Em proporção com a alta taxa de desemprego geral, França regista igualmente uma taxa elevada de desemprego jovem, 24.4%. Grécia e Espanha mostram taxas acima dos 45%.

FACTORES POLÍTICOS RELEVANTES NA EUROPA (cont.)

Taxa de desemprego jovem, 2ºT2016 (*)



Proporção da população em risco de pobreza ou de exclusão social, 2015



Considerando novamente os países em análise, a Holanda e a França têm o menor valor em proporção da população em risco de pobreza ou de exclusão social em 2015, 11.6% e 13.5%, respectivamente. A taxa da Zona Euro foi de 17.2%. Em Portugal, a taxa ronda os 20%, enquanto Grécia e Espanha superam este valor.

□ Conclusão

A França e a Holanda são países com pesos económicos e demográficos diferentes na Zona do euro e na União Europeia, mas são ambas economias muito avançadas comparativamente à grande maioria dos seus parceiros, destacando-se na riqueza gerada, na produtividade, no rendimento e bem-estar alcançado pelas suas populações. A crise do euro veio abalar todo o ambiente económico e social, colocando em causa o seu modelo de desenvolvimento. A Holanda mostrou-se mais pragmática e superou o período de crise, enquanto a França mostrou dificuldades em regressar à situação de maior equilíbrio financeiro. Em ambos os casos, as populações foram confrontadas com o redimensionar da actividade económica, aumento do desemprego e diminuição de rendimentos e de regalias sociais. A que se juntou a chamada "crise dos refugiados" do Norte de África, que veio colocar os imigrantes (os novos e os já existentes) debaixo de grande escrutínio pelas sociedades de ambos os países.

Neste contexto, 2017 foi e será o ano de importantes eleições europeias: as eleições legislativas na Holanda (Março), que acabaram por não trazer surpresas ao nível do partido mais votado, dadas as expectativas de aumento da expressão eleitoral de partidos e movimentos anti-UE, embora a dispersão dos votos venha pôr à prova a formação de um governo de coligação alargado; as eleições presidenciais em França (Abril e Maio), que se revestem de crucial importância perante a possibilidade de escolha entre dois caminhos opostos, separados pelo projecto europeu e os seus pilares de união/desunião (Le Pen versus Macron); as eleições legislativas na Alemanha (Setembro), onde as duas principais forças (CdU de Merkel e SPD de Schulz) defendem a Europa e as suas instituições, não colocando em causa a sua existência, podendo trazer apenas um "limar de arestas" necessário à evolução de todo o sistema; por fim, ainda existe a possibilidade de poderem ocorrer eleições em Itália (sem data definida), em resultado da necessidade de haver uma clarificação política a nível interno, sem aparente grande repercussão ao nível europeu.

Em França, a ascensão e expressão pública da Frente Nacional de Marine Le Pen está a trazer uma grande incerteza quanto aos caminhos que a França pretende seguir em relação à União Europeia e ao euro. A França, conjuntamente com a Alemanha, são o principal suporte de toda a evolução do projecto europeu, dado o seu peso económico e social conjunto (50% do PIB e 44% da população da Zona Euro). Assim, se um destes países rejeitar tudo aquilo que se construiu nas últimas décadas, poderá ser o fim da Europa como a conhecemos. Irónico é o facto de em Março se ter comemorado os 60 anos do "Tratado de Roma", onde estão vertidas as bases para uma união dos povos da Europa. E esta maturidade pode estar em causa. Após a decisão de Brexit pelo Reino Unido, a falta de confiança das populações na União Europeia e no euro provam que algo está mal e necessita ser corrigido. A possível rejeição pela França de ambos, como defende Marine Le Pen, seria mesmo de grande gravidade. Para já, as sondagens mostram que na primeira volta (23 de Abril) Marine Le Pen e Emmanuel Macron contam com cerca de 25% dos votos; na segunda volta (7 de Maio) Macron ganhará contra Le Pen, 63% versus 37%.